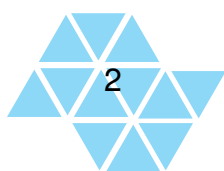


# POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DOCENTE

## RELATOS







# **A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NUMA CIDADE DO INTERIOR PAULISTA: FORMAÇÃO CONTINUADA DE DIRETORES DE ESCOLA**

DAIBEM, Ana Maria Lombardi (Secretaria Municipal de Educação);  
MINGUILI, Maria da Glória; MARTINS, Lígia Márcia (UNESP)

## **APRESENTAÇÃO**

A elaboração coletiva do projeto político pedagógico das escolas tem representado, ainda, um dos grandes desafios impostos à administração escolar pública.

As mudanças anunciadas após a promulgação da Lei Nacional de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9394/1996, com especial destaque à inserção da educação infantil como primeiro segmento da educação básica e, mais recentemente, com a ampliação da duração do ensino fundamental para nove anos, determinam reorganizações no plano administrativo, mas prioritário e urgentemente, no plano pedagógico.

Os documentos elaborados pelo Ministério da Educação e Desporto (MEC) – Secretaria de Educação Infantil e Fundamental têm conclamado a necessidade de avanços no que tange aos objetivos, metas e estratégias presentes nesses segmentos de ensino. Ou seja, a elaboração ou revisão dos projetos políticos pedagógicos deve ser priorizada e realizada.

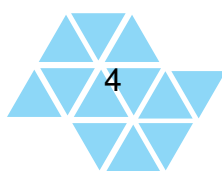
Acompanhando e atuando nesse importante movimento no campo educacional nacional, a Secretaria Municipal de Educação em questão lançou para o período de 2005 a 2008, metas e ações de atendimento às demandas de melhorias administrativas e pedagógicas para a rede municipal de ensino.

Somando-se a outros importantes processos formativos, a elaboração coletiva do projeto político pedagógico foi definida como tema prioritário na formação continuada de educadores, bem como, expressão da política educacional em desenvolvimento pelo referido município.

Em face dessas considerações, o artigo que se apresenta tem por objetivo a socialização da experiência em curso, organizando-se em dois eixos assim dispostos: As Políticas da Secretaria Municipal de Educação; Projeto Político Pedagógico nas unidades escolares da rede municipal.

## **AS POLÍTICAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

A Rede Municipal de Ensino dessa cidade do interior, de médio porte, atende atualmente 21.143 alunos sendo, 11.943 alunos da Educação Infantil em 60 unidades escolares;



7.775 alunos do Ensino Fundamental regular em 14 escolas (09 de 1ª à 4ª série e 05 de 1ª à 8ª série) ; 1425 alunos do Centro de Educação de Jovens e Adultos (Suplência I para as quatro séries iniciais do Ensino Fundamental) em 69 salas de alfabetização localizadas em 48 bairros da cidade.

No ano de 2005 foi criado nessa rede municipal o Serviço de Educação Especial que conta atualmente, com 27 salas de recursos, atendendo 320 alunos que freqüentam a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Centro de Educação de Jovens e Adultos.

Sustentam o funcionamento desta rede no momento, 824 educadores e 553 profissionais de apoio.

A opção política da atual administração municipal para a educação, consiste na construção de um Sistema Educacional Inclusivo, cujo projeto fundamenta-se numa concepção de homem e sociedade que se traduz na seguinte missão: A construção de uma sociedade economicamente justa, socialmente solidária, culturalmente plural e politicamente democrática; que visa o desenvolvimento humano articulando seu processo educativo com as diversas dimensões da vida social : família, trabalho, movimentos sociais, instituições de ensino e pesquisa, organizações da sociedade civil e manifestações culturais.

A esta visão de homem e sociedade corresponde uma concepção de educação que se realiza

(...) no contexto das relações homem-mundo, de um processo de reflexão crítica e de libertação (...) um instrumento de luta, numa perspectiva de humanização da sociedade (...) ( DAIBEM, 1997, p. 16)

A opção política e a conseqüente missão a ser cumprida, fundamentam-se em valores que requerem dos educadores e agentes educativos (equipe técnico-administrativa), um compromisso rigoroso com a ética, a transparência, a democracia, na construção da unidade na diversidade, numa relação dialética e dialógica, que priorize os excluídos, a educação como humanização do homem e da sociedade e a articulação do binômio quantidade e qualidade.

No dizer de Frigotto (1996: p. 400) :

No plano ético-político, a tarefa é afirmar os valores de efetiva igualdade, qualidade para todos, solidariedade, coerência teórico-prática e da necessária ampliação da esfera pública democrática, em contraposição à liberdade e qualidade para poucos, reguladas pelo mercado, e das perspectivas do individualismo e do privatismo.

Relevante também é o compromisso com a transformação da realidade, que requer dos sujeitos envolvidos capacidades no âmbito técnico-científico, nas relações interpessoais humanizadoras, na compreensão institucional e organizacional da administração municipal e de suas políticas em desenvolvimento, particularmente, no âmbito da educação.

A apropriação das capacidades citadas constitui requisito àqueles educadores e agentes educativos comprometidos com a ruptura das relações de exploração e dominação, que segundo DAMASCENO (1989, p. 244), o caminho

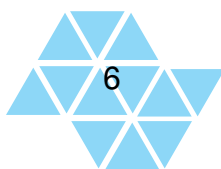
(...) é o de uma revolução social e este é um processo integralmente pedagógico, cujos instrumentos necessários para sua efetivação se distribuem em âmbitos como os escolares e os profissionais.

Com base nos pressupostos acima descritos e nas demandas detectadas no contexto da Educação Municipal, a atual administração (2005-2008) definiu as seguintes ações como “pilares-eixos” para a implantação da política de educação: a re-estruturação do Conselho Municipal de Educação (desativado até então); a elaboração do Plano Municipal de Educação (inexistente até então); a re-elaboração do Estatuto do Magistério Municipal (ainda em vigor, com a lei aprovada em 1986, portanto, anterior à Constituição Federal de 1988); a elaboração do Projeto Político Pedagógico das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino (existindo até o momento apenas o Plano de Gestão) e investimento em Formação Continuada para os educadores e agentes educativos ampliando e imprimindo nessa formação a organicidade necessária.

Destacam-se como ações inovadoras na implantação da política educacional municipal, no âmbito administrativo e de infra-estrutura física, no pedagógico e de gestão colegiada:

#### NA EDUCAÇÃO INFANTIL

- Estrutura administrativa: calendário escolar com 200 dias letivos; cadastramento informatizado das crianças excedentes da Educação Infantil, representado graficamente através do geo-processamento;
- Infra-estrutura física: reforma/ampliação e construção de unidades escolares, com a transformação de escolas de educação infantil de tempo parcial para tempo integral.
- Estrutura pedagógica: apoio pedagógico a 26 creches conveniadas, que atendem 2.430 crianças; projeto de integração das creches municipais; projeto de formação em rede.
- Gestão colegiada: instalação das APMs (Associação de Pais e Mestres) em todas as unidades escolares.
- No Ensino Fundamental (regular)
- Infra-estrutura física: construção de 02 CEMIs (Centro de Educação Municipal Integrado) atendendo alunos de 0 à 14 anos de idade (gerando 540 novas vagas).
- Estrutura Pedagógica: implantação das disciplinas Educação Física e Educação Artística com professores especialistas nas séries iniciais; implantação de 14 Pólos de Informática nas EMEFs com assistência técnico pedagógica em tempo integral (Projeto de Informática Educacional); projeto letramento e alfabetização.
- No Centro de Educação de Jovens e Adultos
- Infra-estrutura: construção de 09 Pólos de Educação de Jovens e Adultos;
- Estrutura Pedagógica: implantação de Pólo de Informática no CEJA (Centro de Educação de Jovens e Adultos- Projeto de Informática Educacional).



- Na Educação Especial
  - Relação Institucional de Apoio: manutenção do convênio com entidades de Educação Especial para cessão de professores e início do repasse de subvenção financeira à entidade.
  - Estrutura Pedagógica: aos alunos com necessidades educacionais especiais, atendimento em Salas de Recursos, atendimento domiciliar, transporte para as Salas de Recursos; ao professor da sala regular da Rede Municipal, suporte pedagógico na itinerância, palestras de orientações sobre deficiência nas unidades escolares; aos pais desses alunos: palestra de orientações sobre deficiência e visita domiciliar.
  - Na Formação Continuada
  - Os Programas de desenvolvimento profissional e pessoal aos educadores e agentes educativos de todas as modalidades de ensino, famílias (pais), alunos, equipe técnica da Secretaria da Educação e membros do Conselho Municipal de Educação
  - Ampliação e organicidade das modalidades de formação continuada: palestras, cursos, oficinas pedagógicas, oficinas de vivências, grupos de estudos, orientações pedagógicas, aulas-passeio, viagens de estudo para participação em Congressos, Simpósios, Seminários, etc.
  - Complementam a programação de formação continuada a manutenção dos eventos anuais: Semana do Planejamento (início do ano letivo) e Semana da Educação (mês de outubro).
  - A periodicidade bienal da Jornada da Educação ( a 1ª foi realizada em julho de 1989): julho de 2005, agosto de 2007 , previsão para 2009 e assim sucessivamente.
  - Está em fase de implantação o Núcleo de Aperfeiçoamento Pedagógico (NAP) que abrigará a Oficina Pedagógica Permanente (em funcionamento) e a Biblioteca dos Profissionais da Educação (em fase de ampliação, informatização e reorganização).
- Merecem destaque as seguintes ações:
- Formação em Metodologia Científica para a publicação de artigos científicos;
  - Parceria com Projetos de Pesquisa Educacional junto às Universidades e Sociedade Civil;
  - Atividades Culturais e Pedagógicas – Ex: Museu sob Investigação.
- Conforme já disposto anteriormente, destacamos na seqüência, um dos pilares-eixos para a implantação da Política de Educação, qual seja, a elaboração do projeto político pedagógico das unidades escolares da rede municipal de ensino por meio da formação continuada dos diretores de escola.

#### PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL.

O processo de construção do projeto teve início em 2005, com ações de



sensibilização, entre as quais destacam-se a II Jornada de Educação no período de 26 a 28 de julho, focalizando vários temas, entre eles, o projeto político pedagógico e o Encontro de Diretores de Escolas Municipais, realizado em outubro do mesmo ano, quando foi abordada especificamente a questão “O projeto político-pedagógico como ação que sustenta a prática do gestor escolar: introduzindo o tema” .

Os indicativos advindos das ações pontuais de sensibilização tornaram-se objetos de estudos e reflexões em curso denominado Oficina de construção do projeto político pedagógico: orientação para elaboração do projeto e sua realização em cada unidade escolar do município. O curso teve início no 2º semestre de 2006, realizando um trabalho conjunto entre os diretores das escolas públicas municipais de educação infantil e ensino fundamental cuja continuidade está em curso neste ano de 2007.

### DA OFICINA DE CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

A expressão “Oficina de Construção”, longe de indicar apenas um local do “fazer”, tem duas inspirações: na corporação de ofícios da Idade Média (MANACORDA, 1989), significando um local de estudo e habilidades, sem fragmentação entre o aprender e executar, entre o pensamento e a ação. No caso específico de formação continuada de educadores, a Oficina significa o espaço de “produção e aquisição de conhecimento e habilidades na área pedagógico-docente” (UNESP, 2006), bem como, um espaço para a compreensão do papel social da educação pública.

Neste projeto, a expressão “Oficina de Construção” significa, portanto, a democratização da educação e orientação solidária na construção da prática pedagógica garantindo a unidade entre o pensar, querer e fazer o trabalho educativo, tendo como instrumento dessa unidade, o projeto político pedagógico construído coletivamente.

Considerando que o projeto político pedagógico tem por objetivo garantir a identidade de cada escola, a articulação interna da comunidade escolar e a articulação externa com a Secretaria Municipal de Educação e demais órgãos, inclusive, em nível estadual e federal; tendo em vista a finalidade da educação verdadeiramente pública enquanto direito pessoal e social das crianças e jovens no município em questão; tendo em vista, ainda, as discussões havidas anteriormente, a legislação federal e as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação, o objetivo geral da presente Oficina foi: desenvolver a discussão entre os diretores das escolas públicas municipais sobre a construção do projeto político pedagógico de cada unidade; como mobilizar a comunidade escolar de modo a participar efetivamente dessa construção e para tanto, construir as análises teóricas sobre a prática cotidiana na escola, expressar a síntese na elaboração de um projeto político pedagógico para cada unidade.

Para a consecução deste objetivo, pretendia-se que o grupo de participantes pudesse perceber com clareza o caminho a seguir nessa construção que, necessariamente, tem que ser coletiva, com participação de todos os segmentos envolvidos na Unidade Escolar. Eis porque





foram priorizados, entre outros, os seguintes temas:

- 1) (Re) conceituação da Educação Pública no Brasil: conseqüências na Organização Escolar.
- 2) Administração Colegiada da Educação e da Escola: a participação do pessoal envolvido.
- 3) Planejamento enquanto Processo e Projeto: uma construção coletiva
- 4) O Projeto Político-Pedagógico da Escola: instrumento de unidade da prática pedagógica sustentada pelo conhecimento teórico.

Com o olhar sobre os objetivos do processo e nos temas e especificidades do projeto político pedagógico, a metodologia adotada partiu da realidade existente (prática social), caminhando pela análise teórica tendo em vista uma prática social qualitativamente superior, cuja síntese servisse de orientação aos participantes da Oficina para que executassem nas unidades escolares.

Uma das sínteses produzidas foi um roteiro de aspectos operacionais e formais, fundamentado nas reflexões e ações havidas durante os encontros, servindo de orientação prática aos diretores, passo a passo, na construção coletiva do projeto político pedagógico.

Nesta direção, as atividades realizadas pelos diretores no processo de formação estendiam-se ao coletivo escolar numa dinâmica subsidiada pela natureza coletiva do projeto e pela necessidade de superação de visões do senso comum a respeito de educação, realidade escolar e planejamento, ou seja, buscou-se a implementação de uma prática analítica iluminada por uma teoria educacional.

Esses resultados foram importantes para se começar a pensar um projeto político pedagógico para a unidade escolar que, a bem da verdade, é coletividade escolar específica, e integrante de uma rede de educação pública municipal.

Pelas discussões, dúvidas e resultados surgidos durante o processo de formação em questão pudemos concluir que esta Oficina teve um papel além do previsto na ementa e no objetivo. Ela foi, verdadeiramente, um trabalho de diagnóstico da rede municipal de educação infantil e ensino fundamental no que se refere à educação pública, funcionamento da escola pública municipal, interação com a comunidade, elaboração coletiva e realização de um projeto político pedagógico para cada unidade escolar.

Este resultado-diagnóstico evidenciou a necessidade de acompanhamento pontual para a escola de educação infantil, de ensino fundamental e de educação de jovens e adultos a fim de aprofundar as especificidades em cada nível de ensino culminando nos desdobramentos formativos para o ano de 2007.

## DA CONTINUIDADE DO PROJETO EM 2007 E SUAS ESPECIFICIDADES

Uma vez fornecidos os subsídios básicos para elaboração do projeto político pedagógico, momento que privilegiou o encontro de todos os diretores das escolas municipais de

Educação Infantil e Ensino Fundamental (regular e supletivo) foi implementado, no primeiro semestre do ano de 2007, novo projeto de formação continuada, agora então, congregando especificamente cada segmento educacional.

Tais ações nortearam-se pelos seguintes objetivos: resgatar a intencionalidade da ação de planejar e a potencialidade do coletivo para a elaboração do projeto político pedagógico, bem como instrumentalizar essa elaboração nos marcos de um referencial histórico, filosófico, teórico-metodológico e técnico de conjunto.

Sem perder de vista os aspectos formais e operacionais do referido Projeto, os trabalhos desenvolvidos compreenderam ações realizadas diretamente junto aos diretores, coordenadores da formação nas unidades escolares, e indiretamente junto aos professores, funcionários, alunos, famílias, etc. Portanto, instalou-se um movimento constituído por processos que implicaram ações nas escolas como ponto de partida, propositura de análise destas ações teoricamente fundamentada nos encontros entre diretores e professoras responsáveis pela formação, retorno ao coletivo escolar e implementação de novas ações e assim, sucessivamente.

Pelos limites impostos à extensão desse artigo, não nos é possível uma apresentação detalhada de todos os conteúdos abordados nesta segunda etapa do projeto (2007), entretanto, a título de apresentação geral, podemos organizá-los em quatro grandes eixos, a saber:

- Fundamentos legais, históricos e teórico-metodológicos do trabalho educativo a ser realizado na instituição.
- Objetivos Geral, Específicos e Matriz Curricular.
- Gestão Democrática e Partilhada.
- Formação Continuada dos educadores e servidores técnico-administrativos

O primeiro eixo versou sobre: legislação pertinente (Constituição Federal, L.D.B., E.C.A., Diretrizes Municipais, etc.); concepções de sociedade, de ser humano e de educação; relações entre desenvolvimento e aprendizagem, periodização do desenvolvimento infantil; funções do ensino e finalidades sociais da educação. Tais preceitos sustentaram a elaboração de uma análise de realidade, levando-se em conta aspectos intra-escolares (infra-estruturais, organizativos dos espaços e tempos e de rotinas, de relações inter-pessoais, de apoio técnico-administrativo e pedagógico, dentre outros) e da inserção da escola em dada comunidade (participação da escola na comunidade, relação escola-família, etc.). À luz deste diagnóstico foi então traçado um Plano de Metas, tendo em vista a sistematização e encaminhamentos das expectativas e demandas de cada segmento da comunidade escolar (professores, servidores técnico-administrativos, alunos, famílias).

O segundo eixo colocou em foco o Objetivo Geral da educação básica e da escola bem como os Específicos das séries/grupos (norteadores para a elaboração dos objetivos específicos das disciplinas/áreas do conhecimento contempladas no processo de ensino). Uma vez estabelecidos os objetivos, foram abordados os elementos constitutivos da Matriz Curricular,

quais sejam: seleção e organização de conteúdos de ensino, metodologia de ensino e diretrizes para avaliação da aprendizagem. A partir dos elementos estudados, foi constituída uma comissão de trabalho, composta por diretores de escolas e especialistas externos, para elaboração da Matriz Curricular Municipal para Educação Infantil e Ensino Fundamental.

O eixo Gestão Democrática e Partilhada contemplou análises acerca de princípios políticos que sustentam diferentes modelos de gestão escolar, bem como a importância da participação dos diferentes segmentos coletivos que compõem a comunidade escolar ou deveriam compor, a exemplo de: conselho de escola, conselho de classe/grupo, associação de pais e mestres, grêmio estudantil, etc.

O quarto eixo, Formação Continuada de educadores e funcionários técnico-administrativos representaram um desdobramento do Plano de Metas, quando então, as próprias equipes, ao iniciarem a elaboração do projeto político pedagógico da unidade escolar, foram constatando as lacunas de sua formação inicial e as novas demandas impostas ao professor na atualidade, num processo que, surpreendentemente, apelou a premência por subsídios teóricos, muito mais que metodológico-técnicos (dado que caracterizava o apelo temático de formação continuada, anteriormente a esse programa).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROPOSTAS

O objetivo geral desta Oficina está sendo alcançado, pois as discussões havidas no grupo de diretores das escolas públicas municipais estão instigando a uma nova conceituação de “escola pública” tendo o projeto político pedagógico como um dos instrumentos para realização dessa nova conceituação, na medida em que sua elaboração exige dos participantes (a comunidade escolar), a análise teórica da prática educativa existente caminhando para uma prática educativa re-vista e qualitativamente superior.

O processo de elaboração do projeto político pedagógico enquanto um eixo do Programa de Formação Continuada a fim de garantir a implementação de Políticas para a Educação Municipal, tem outros desdobramentos para este ano de 2007, como por exemplo, a formação continuada de supervisores de ensino junto à Secretaria Municipal de Educação e de professores coordenadores junto às escolas de ensino fundamental, bem como ilumina a política de formação continuada a ser implementada nos próximos anos.

“O primado da práxis, a reflexão crítica, a utopia, enquanto inspirações de todas as possibilidades, são elementos fundamentais que permitem organizar e viabilizar, operacionalmente, a esperança” (DAIBEM, 1991:V).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1988 e alterações posteriores.

BRASIL. Lei nº 8069/90, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente (Estatuto da Criança e do Adolescente). Brasília: Diário Oficial da União, 16 de julho de 1990.

BRASIL. Lei nº 9394/96, que dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB, sancionada pelo Presidente da República em dezembro de 1996.

DAIBEM, Ana Maria Lombardi. A prática de Ensino e o Estágio Supervisionado: possibilidades de construção de uma prática inovadora. Marília, 1997. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista

DAIBEM, Ana Maria Lombardi. A Municipalização do Ensino de Primeiro Grau: contradições políticas e administrativas. Piracicaba, 1991. Dissertação (Mestrado). Universidade Metodista de Piracicaba.

DAMASCENO, Alberto et al. A Educação como ato político partidário. 2. ed. São Paulo: Cortez. 1989.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A Formação e Profissionalização do Educador frente aos novos desafios. In: Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino – Formação e Profissionalização do Educador. Florianópolis, Anais, vol II: Universidade Federal de Santa Catarina, 1996.

MANACORDA, M. A . História da Educação: da antiguidade aos nossos dias. Trad. Gaetano lo Mônaco. Ver. trad. Rosa dos Anjos Oliveira e Paolo Nosella. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

UNESP, PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO (PROGAD). Oficinas de Estudos Pedagógicos: um projeto institucional de formação contínua de docentes da UNESP (digitado). São Paulo: PROGRAD, 2006.

# A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

LARCHERT<sup>1</sup>, Jeanes Martins; COUTO<sup>2</sup>, Maria Elizabete Souza(UESC)

Este trabalho tem o objetivo de relatar a experiência realizada e desenvolvida na Universidade Estadual de Santa Cruz/UESC-Bahia na elaboração e estruturação do projeto do curso de Licenciatura em Biologia, na modalidade a distância. O texto é constituído por estudos referentes a Educação a Distância, as políticas públicas de formação de professor, o relato sobre a construção do projeto curricular do curso e as discussões preliminares a partir desses referenciais.

Nas políticas do Banco Mundial, como mostra Torres (2000), a Educação a Distância/EAD é recomendada como uma alternativa adequada para atender em massa aos professores, além de ser uma forma de reduzir os custos, porém ainda pouco explorada na educação básica e para fins instrucionais em sala de aula. Na maioria dos casos, vem sendo utilizada como uma estratégia do governo, marcadamente a partir da década de 1990, com programas que supõem uma “descentralização”. A EAD também é indicada com o objetivo de atender às exigências dos organismos financeiros internacionais, como uma possibilidade para superação das dificuldades enfrentadas na área educacional.

Para amenizar o desequilíbrio social, fruto da baixa escolaridade e da necessidade de atualização dos conhecimentos dos profissionais, inclusive da formação de professores, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no. 9.394/96, indica

Art. 80 - O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino à distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada [...].

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 4º A educação à distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá: [...]

II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas; [...] (BRASIL/MEC - LDB nº. 9.394/96).

O artigo 80 da referida lei incentiva o desenvolvimento de programas de educação a distância em todos os níveis e modalidade de ensino. Foi regulamentado pelo Decreto n. 2494 de 10 de fevereiro de 1998, que define o que é educação a distância, os níveis de ensino, o credenciamento das instituições, diploma etc. O artigo também foi ampliado com a ementa no projeto de lei 4108/2001, passando a permitir que se utilize esta modalidade nos cursos de mestrado e doutorado. No que se refere aos cursos de graduação, a Portaria 2253/01, no art. 1º., dispõe que



as instituições de ensino superior poderão incluir, na organização pedagógica e curricular de cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas que, em seu todo ou em parte, utilizem a modalidade não presencial. Contudo, as disciplinas não poderão exceder a 20% do tempo previsto para integralização do respectivo currículo.

A partir deste Decreto houve a normalização dos procedimentos de credenciamento das instituições para oferecer cursos de graduação<sup>3</sup> e educação profissional tecnológica na modalidade a distância pela Portaria no. 301, de 07 de abril de 1998. O Decreto define outros aspectos no tocante à legitimação da Educação a Distância: conceituação, regime especial, certificação, credenciamento e autorização das instituições etc. Porém, o Decreto ainda não é o suficiente para preencher a agenda das instituições que já desenvolvem – ou têm a intenção de desenvolver – programas de EAD. Isto porque há itens fundamentais, cuja definição está sendo remetida para regulamentações mais específicas, de alçada do Ministro de Estado da Educação e do Desporto, a saber:

- a) o credenciamento institucional, obedecerá a 'exigências a serem estabelecidas em ato próprio' do Ministro de Estado (Art. 2º. caput);
- b) dependem de 'regulamentações a serem fixadas pelo Ministro de Estado', tanto o credenciamento de instituições do sistema federal de ensino, quanto a autorização e reconhecimento de programas a distância de educação profissional e de graduação de qualquer sistema (Art. 2º. § 2º.) (6);
- c) a avaliação para credenciamento e renovação de autorização de cursos, terá seus procedimentos, critérios e indicadores de qualidade definidos em ato próprio, a ser expedido pelo Ministro de Estado (Art. 2º. § 5º.). (LOBO NETO, s/d, p. 4).

A Portaria 4059/2004, que embora revogue a Portaria nº. 2.253/2001, ratifica a oferta de disciplinas sob a modalidade semipresencial e oferecimento de até 20% da carga horária total dos cursos presenciais reconhecidos poderá ser ofertado a distância, mantendo também a necessidade das avaliações presenciais.

O Decreto 5622 de 19 de dezembro de 2005 apresenta um marco regulatório para os cursos organizados a distância com o uso e suporte das tecnologias da comunicação e informação/ TIC em suas diferentes possibilidades.

Recentemente, a Portaria normativa, nº. 2, de janeiro de 2007 dispõe sobre os procedimentos de regulação e avaliação da educação superior na modalidade a distância.

Esses documentos indicam o direcionamento a ser dado aos cursos de Graduação, bem como a normatização das possibilidades da educação a distância em cursos de formação de professores, em nível de graduação, no sentido macro da organização e estruturação.

No 'chão da instituição', na construção cotidiana da sistematização de um curso, no fazer acontecer de fato e de direito, no sentido micro, muitas outras formas de normatização são criadas, conforme o contexto, a demanda, as necessidades e condições de trabalho.

Dessa forma, muitas universidades e também o MEC/SEED (Consórcio Setentrional e Universidade Aberta do Brasil/UAB) já estão desenvolvendo cursos de graduação e de formação

de professores a distância<sup>4</sup>. Os cursos que utilizam o suporte das TIC (rede mundial de computadores – Internet, TV educativa, telefone, correio etc) surgem como uma alternativa para garantir a formação de professores, colaborando, segundo a ótica dos seus idealizadores, para que as oportunidades de estudos aumentem, ajudando o professor a desenvolver habilidades que permitam mudanças no fazer pedagógico, direcionando para o ponto essencial, que é o processo de aprendizagem.

Em meio às discussões, a EAD vem criando um espaço para gerar, promover e implementar processos de aprendizagens não convencionais, ou seja, em espaços (a distância) e tempos (não simultâneos) não compartilhados. Isso acrescenta complexidade aos já complexos processos de ensino e aprendizagem. A formação de professores a distância deve ser entendida “não como um tipo de formação que vai substituir a inicial em cursos universitários, mas sim como uma modalidade que se acrescenta às experiências existentes, de forma a democratizar o acesso à formação inicial ou continuada de muitos profissionais da educação neste País” (TOSCHI, 2001, p.91). Entretanto, essa concepção não tem um consenso, principalmente no modelo de política educacional implantado no Brasil nos últimos anos em que a democratização e o acesso para todos continuam sendo pontos de discussão diante das extensões geográficas, dificuldades locais, falta de acesso ao suporte das TIC, condições de trabalho e fragilidade na organização das escolas, e também a oferta de vagas. A demanda continua sendo maior que a oferta.

As TIC têm muitas possibilidades de encurtar as distâncias, principalmente quando se fala da EAD, mas precisamos estar atentos, pois se pensamos nas tecnologias como

reduzidoras das distâncias tem sempre que ter em mente que isso não acontece amplamente, poderemos estar iniciando, mais uma vez, um perverso mecanismo de aumento da exclusão daqueles que já são excluídos socialmente em termos de condições mínimas de sobrevivência. [...] A escola é ainda muito precária e as alternativas de cursos a distância, muitas vezes, podem significar um descompromisso do poder público com a sua melhoria” (PRETTO, 2001, p.36-40).

Os questionamentos sobre a formação de professores por meio da EAD tentam enfatizar a questão da inclusão social dos professores previamente marginalizados e excluídos pelas distâncias geográficas e condições sociais. Porém, tal ênfase não resolve as questões relacionadas à aprendizagem da docência e ao desenvolvimento profissional dos professores se não há um compromisso político com a educação. A “formação de professores é essencialmente um ato político de formação de cidadania e não um simples oferecimento de conteúdos para serem assimilados, usando esses poderosos recursos de informação e comunicação” (PRETTO, 2001, p. 51).



## POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

As políticas que envolvem a EAD estão situadas no conjunto maior das que se referem à formação de professores. Por um lado, há o discurso de alguns educadores, pesquisadores e técnicos sobre o endeuamento das tecnologias (TV, vídeo, computador etc) nos processos ensino, aprendizagem e formação, na perspectiva de alcançar os objetivos educacionais. Por outro, há uma reflexão crítica realizada também por professores e pesquisadores sobre esse endeuamento diante das condições de trabalho, dos limites das TIC, da realidade das escolas no nosso País etc.

A partir da década de 1990 o governo federal vem propondo algumas iniciativas para contribuir para a formação de professores no seu local de trabalho nas modalidades presencial e a distância. A partir dos estudos de Torres (2000), na ótica do Banco Mundial, a formação em serviço, mesmo estando atada aos velhos esquemas de organização da formação inicial, é considerada como ‘avenidas promissoras’, o que funciona, por ser uma “formação docente em serviço (contínua, programas curtos, visitas e intercâmbios, educação a distância etc)” (id. p.153). Segundo a autora, “os técnicos do Banco, baseando-se em um conjunto de estudos, dizem que a formação em serviço rende mais com menos dinheiro” (id, 1998, p.176). E continua a dizer que não existe informação, nem teórica e nem empírica, para sustentar a afirmação. “A própria realidade da capacitação em serviço mostra-nos as enormes debilidades e contradições em seu interior. [...], o que está em crise e não funciona mais é o modelo de formação docente em geral” (id. p.176).

Entretanto, as reformas e políticas para formação de professores têm uma dimensão internacional, como forma de globalização, em que os sistemas educativos “deixaram de ser estritamente nacionais e sua lógica (tanto de reprodução como de transformação) não pode ser compreendida se não penetrarmos no âmbito internacional e no papel das agências de financiamento” (TORRES, 2001, p.74). A formação de professores “tem sido uma tônica em todos os países, como uma maneira de evidenciar a importância do desempenho educacional para o crescimento econômico, o que em tese depende da atuação dos profissionais da educação” (MAUÉS, 2003a, p.99). Constitui-se parte integrante das reformas discutidas, tendo como objetivo “a busca de um alinhamento dos professores que já estão em exercício com as últimas decisões em matéria de política educacional” (id, p.103), atendendo sempre às exigências criadas pelas mudanças sociais e econômicas resultantes de um mundo globalizado, dos avanços científicos e tecnológicos e do papel que o mercado vem assumindo na esfera social (Maués, 2003b) para alinhá-los à nova ordem econômica, política e social.

As políticas surgem a partir da definição das necessidades sociais, as finalidades e objetivos que deverão ser alcançados pelo sistema educacional. Na educação, por exemplo, temos a discussão sobre a

utilização da informática, da educação a distância, como forma de baratear os custos e atingir maior número de pessoas; a internet, como forma de globalizar as informações e a educação. Toda essa relação tem como finalidade contribuir para a construção da 'sociedade do saber', que é baseada na informação, em recursos imateriais como os saberes, a informação, a comunicação e a lógica. (MAUÉS, 2003a, p.93).

Desde a década de 1980, as reformas educacionais vêm seguindo esses princípios para atender às exigências do mercado, apresentando um objetivo definido, envolvendo a estrutura administrativa e pedagógica da escola, a formação de professores, os conteúdos a serem ensinados, as abordagens teóricas, e finalmente as diretrizes relacionadas com os processos de ensino e aprendizagem. Na década de 1990, vivemos “a globalização da política educativa, com um papel crescente das agências externas – principalmente dos bancos – na definição da política educativa” (TORRES, 2001, p.69), estando a política de formação de professores direcionada para a flexibilização, tornando-a mais aligeirada em relação à duração, aos conteúdos e ao local dessa formação (Maués, 2003b).

Para Maués (2003b), o Brasil ainda precisa melhorar sua posição no 'ranking' dos indicadores de desenvolvimento, contribuindo para avaliar outros possíveis empréstimos dos organismos internacionais. Para “alcançar esta meta, que envolve milhões de professores que estão atuando sem formação superior, o enxugamento do currículo e a utilização de métodos de formação a distância têm sido mecanismos que o governo tem recomendado” (MAUÉS, 2003b, p.5), reafirmando as possibilidades da EAD e o aligeiramento da formação.

#### O PROJETO CURRICULAR DO CURSO DE LICENCIATURA EM BIOLOGIA/EAD: A EXPERIÊNCIA DA UESC

O entendimento de que a Educação a Distância apresenta-se como uma alternativa para responder as demandas de qualificação e atualização profissional que a universidade com os cursos presenciais, não está dando conta, levou-nos a aceitar o desafio de participar do Programa de Formação Continuada de Professores do Estado da Bahia, desenvolvido pela SEC/BA sob a coordenação do Instituto Anísio Teixeira/IAT. Em parceria com outras universidades baianas (UEFS, UESB, UNEB, UCSaI, UFBA e UNIFACS) integramos o Comitê Gestor de Política de Educação a Distância e Tecnologias do Estado da Bahia, instituído no ano 2000, pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado, objetivando a participação e o esforço conjunto de oferecer cursos de graduação para docentes da rede pública que atuam na educação básica e ainda não possuem a formação acadêmica exigida. A UESC responsabilizou-se pela elaboração do Curso de Licenciatura em Biologia/EAD.

Concomitante a esse período, a UESC aceita o convite para participar do Programa da Universidade Virtual Pública do Brasil/UNIREDE. Coordenamos, a partir de 2000, um dos 27 Núcleos Nacionais do Curso TV na Escola e os Desafios de Hoje<sup>5</sup>, o núcleo do Estado da Bahia

que capacitou mais de 2.500 professores da rede pública para que pudessem utilizar, na prática pedagógica, as novas tecnologias da educação.

A partir do momento em que a UESC decidiu pela elaboração do curso de Licenciatura em Biologia, junto ao Comitê Gestor, foi formado um grupo de trabalho com representante das diversas áreas do conhecimento, coordenado pela Pró-Reitoria de Graduação/PROGRAD. Iniciamos os trabalhos realizando duas oficinas de produção interdisciplinar. Na primeira, discutimos a produção teórica em educação a distância, as inovações surgidas com a emergência dos recursos tecnológicos, assim como as discussões mais recentes nos campos epistemológicos e metodológicos. Na segunda, foi dedicada à definição de competências necessárias para um professor de Biologia e a escolha da abordagem curricular que atendesse a essas competências e reflexões, estando sempre atreladas ao uso das novas tecnologias e a formação do professor. Por fim, as oficinas culminaram na elaboração do Projeto Pedagógico do Curso.

O grupo de trabalho chegou ao entendimento de que o conhecimento que seria vivenciado pelos alunos, nos atos da sua formação, deverá ser compreendido nas suas múltiplas relações; imerso num intenso processo de transformação social questionador e crítico. Pretendeu-se organizar o currículo que transcendesse a visão compartimentada, fragmentada, na forma como historicamente se constituíram os currículos acadêmicos.

Desse modo, o Projeto do Curso de Licenciatura em Biologia/EAD identifica-se com uma concepção pautada na abordagem interdisciplinar, organizada por módulos e estes por eixos temáticos. Cada eixo temático é composto por campos de conhecimento das diversas ciências e das diversas áreas de concentração da Biologia.

Prosseguindo as reuniões e as sessões de trabalho fomos delineando a proposta teórico-metodológica do projeto, elaborando e reelaborando os módulos e seus eixos temáticos. Nesse percurso a proposta curricular do curso ia se consolidando. Entre as temáticas dos módulos a interdisciplinaridade dava corpo a um projeto inovador, assim como a transversalidade das questões referentes a prática de ensino, como componente curricular, indicavam o exercício da ação docente e da investigação da prática pedagógica, dando suporte a integração teoria-prática, voltando a formação do professor para a realidade do mundo vivido pelos diversos sujeitos. O projeto curricular indica que o curso será o espaço de investigação e de produção do conhecimento, experienciando uma proposta metodológica de formação de professores investigativos, onde a pesquisa é o princípio educativo.

O quadro abaixo apresenta os módulos, seus eixos interdisciplinares e a transversalidade dos campos da Biologia e da formação docente:

MÓDULO EIXO TEMÁTICO TRANSVERSALIDADE  
BIOLOGIA E FORMAÇÃO DOCENTE

1º	O CONTEXTO DA VIDA	Metodologias da Pesquisa Prática de Ensino Seminários de avaliação e planejamento Estágio Supervisionado
2º	PROCESSOS BIOLÓGICOS NA CAPTAÇÃO E NA TRANSFORMAÇÃO DA MATÉRIA E ENERGIA	
3º	PROCESSOS DE MANUTENÇÃO DA VIDA	
4º	DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO	
5º	PROCESSOS REPRODUTIVOS	
6	MECANISMOS DE AJUSTAMENTO AMBIENTAL E COLONIZAÇÃO	
7º	SOLUÇÕES ADAPTATIVAS E FILOGENIA	
8º	PROCESSOS EMERGENTES E BIODIVERSIDADE	

A construção do projeto curricular despertou nos professores, participantes do grupo de trabalho, um forte entusiasmo para questões relativas a Educação a Distância, como a proposta curricular pautada na interdisciplinaridade, a possibilidade de romper com modelos lineares na graduação e a luta pela democratização do ensino superior público de qualidade.

Durante a construção do projeto curricular apostamos com segurança nestas questões que estabelecemos durante o processo no grupo de estudo. Nos preparamos para compreender o campo da EAD, suas possibilidades e limites na formação de professores. Por isso, entendemos que os profissionais que irão atuar no curso deverão participar de oficinas preparatórias, assim como nós participamos.

Para a administração do curso e o apoio técnico, foi planejado um diagnóstico para que fossem identificadas as especificidades físico-ambientais das regiões em que os futuros discentes se situam e, ainda, as potencialidades existentes relacionadas à estrutura de apoio, como as Diretorias Regionais de Educação/DIRECs, os Núcleos de Tecnologia Educacional/NTEs e as unidades das Universidades Estaduais. Estes locais foram considerados Núcleos de Convivência e Aprendizagem/NCA, situados em regiões estratégicas do Estado, onde seriam realizadas as atividades presenciais, as práticas de laboratórios, estágios e os alunos teriam suporte de informática.

Para as práticas de laboratório, realizadas presencialmente, serão produzidos vídeos, os quais serão disponibilizados como objetos de aprendizagem, através de equipamentos e informações necessárias para o estudo e efetivação das atividades. Serão realizadas e acompanhadas por professores das universidades sob o auxílio do monitor. Haverá uma rede de comunicação baseada em multimeios de uso exclusivo e complementar: rede de correios, videoconferência, internet etc. O conteúdo do curso foi planejado para ser apresentado por diferentes mídias e materiais em versões de livros/módulos, fitas de vídeos, CDROM, objetos de

aprendizagem etc.

Em 2004, recebemos a comissão de verificação do MEC, que analisou o curso e conheceu a estrutura organizacional da UESC para emitir parecer. Com a visita e a emissão do Parecer CES/CNE nº. 350/04 e da Portaria MEC nº. 4416/04 de 30/12/2004, a UESC foi credenciada para ofertar cursos de graduação a distância.

Após a etapa de construção e avaliação oficial o grupo começou a conhecer as dificuldades da operacionalização. Reconhecemos que a implantação de uma política desse porte requer investimentos substanciais, por isso, foi decisiva a parceria com a Secretaria de Educação do Estado/Bahia, não apenas no provimento dos equipamentos básicos, mas no asseguramento das condições indispensáveis à participação efetiva dos professores, considerando a extensão territorial do Estado.

Diante do reconhecimento de que a educação a distância requer investimentos que a universidade ainda não dispõe (recursos humanos, tecnológicos e produção de material: impresso e digital), vislumbramos que a solução para operacionalização do curso poderia vir a partir de um consócio entre Instituições de Ensino Superior Públicas. Nesse momento, nos integramos ao Consórcio Setentrional para Licenciatura em Biologia, constituído por Instituições Públicas de Ensino Superior/IES, por meio do Edital Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício no Ensino Fundamental e no Ensino Médio – Pró-Licenciatura I, (Chamada Pública MEC/SEED 01/2004).

Faz parte do Consórcio Universidades das regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste<sup>6</sup>. Assim, essas instituições começaram a produção de material impresso e digital, pagamento de coordenação, monitores e tutores. O primeiro passo foi a capacitação de recursos humanos para trabalhar com a EAD nas Universidades.

O projeto curricular, objeto deste relato de experiência, foi apresentado pelo Consórcio e aprovado pelo Edital MEC/SEED 01/2004.

No período de 2004 a 2005 o Consórcio realizou as seguintes atividades: curso de capacitação em Gestão para EAD; curso para preparação de material para EAD; produção dos módulos impressos e objetos de aprendizagem (digitalizado).

Em fevereiro de 2007, realizamos o vestibular e em abril, iniciamos o curso com os alunos. A partir daí, constatamos a distância entre os objetivos e metas planejadas e a sua materialização. Verificamos as limitações existentes quando trabalhamos com as políticas públicas referentes a EAD e a formação de professores. Ficou explícito para o grupo que participou da elaboração da proposta curricular que a prática das políticas públicas destrói a concepção de formação de professores idealizada para o curso. Deparamos com obstáculos político-administrativo junto a Secretaria de Educação do Estado/Bahia e a falta de clareza na definição da política de formação de professores na modalidade a distância. O programa de formação de professores no Estado da Bahia indica certo aligeiramento e alinhamento, atendendo aos ditames dos organismos financeiros internacionais.

No âmbito do consórcio enfrentamos a falta de: - uma gestão democrática e



participativa no uso de recursos públicos em um contexto que envolve dez IES; - um acompanhamento sistemático da utilização dos recursos na produção de um material de qualidade. Dessa forma, manter a qualidade da formação de professores proposta no curso tem sido um constante enfrentamento entre os idealizadores do curso e os gestores públicos.

### À GUIA DE CONCLUSÃO

Este relato nos leva a confrontar os estudos sobre a formação de professores, as políticas públicas, a EAD e as experiências e aprendizagens adquiridas durante o período da elaboração e implantação da EAD na UESC.

Mais uma vez nos defrontamos com as imposições dos organismos financeiros internacionais que se apresentam nas reformas educacionais. Têm sempre como meta a economia e a globalização do conhecimento e da informação; o aligeiramento e alinhamento da formação, a redução de carga horária e a massificação dos conteúdos; além de não priorizar uma séria e ampla formação do profissional e do cidadão. São também exigidos recursos e condições objetivas mínimas à realização de programas de formação de professores (bibliotecas, computadores, laboratórios, pessoal qualificado etc), o que marca o esvaziamento da formação no que se refere a aspectos teóricos.

As reformas no sistema de educação precisam “adequar os conteúdos que a serem ensinados/aprendidos, de tal maneira que os conhecimentos possam ser pertinentes, tanto no plano local quanto internacional, para a economia do saber” (MAUÉS, 2003b, p.1). Conforme esses aspectos, os organismos financeiros indicam que a educação precisa ser produtiva, o que implica uma melhor forma de administrar a escola, os conteúdos e a formação de professores e a presença das tecnologias da informação e comunicação na educação.

Curso de graduação na modalidade a distância suscita discussões e reflexões não só pedagógicas, mas, também, da ordem da gestão acadêmica, relações trabalhistas, institucionais, no que se refere a concepção de tempo, rotina, espaço, o presente e o distante, as quais envolvem a identidade da instituição.

A formação de professores e a EAD podem estar apontando que as políticas públicas da educação dizem muito mais do que o desejo e o compromisso de profissionais comprometido com o ensino superior público e de qualidade. Por um lado, possibilita observar o desenvolvimento acelerado de programas de EAD no cenário nacional. Por outro, acreditamos que a universidade não deve ser pensada como um mercado promissor, uma fábrica de formação de professores, simplificando as experiências, as relações e os valores necessários para que o sujeito se torne educador. Por fim, a EAD não deve ser incorporada à formação de professores como uma possibilidade que remete a ausência dos sujeitos, a multiplicação do seu número, à redução da carga horária, ao aligeiramento e alinhamento dos processos formativos.

## REFERÊNCIAS

BLOIS, M M. Educação a Distância via Rádio e TV Educativas: questionamentos e inquietações. In: Em Aberto. Brasília, ano 16, nº. 70, abr/jun, 1996. p. 42-50.

LOBO NETO, F. J. da S. Educação a Distância: regulamentação, condições de êxito e perspectivas. Disponível em: file://A:\Regulamentacao da Educacao a Distancia. htm Acesso em: 07.jul.02.

\_\_\_\_\_. EAD & Formação de Educadores. In: Tecnologia Educacional. v. 30, jan/jun, 2001. p. 69 - 80 MAUÉS, O. C. Reformas Internacionais da Educação e Formação de Professores. In: Caderno de Pesquisa, nº. 18, março/2003<sup>a</sup>. p. 89-117.

\_\_\_\_\_. As Políticas de Formação de Professores: a “universitarização” e a prática. 2003b. Disponível em: www.anped.org.br Acesso em: 12.out.03.

PRETTO, N. de L. Desafios para a Educação a Distância na era da informação: o presencial, a distância, as políticas públicas e o de sempre. In: BARRETO, R. G. (org.). Tecnologias educacionais e educação a distância: avaliando políticas e práticas. Rio de Janeiro: Quartet, 2001. p. 29-53.

TORRES, R.M. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. In:

TOMASSI, L. de, WARDE, M. J & HADDAD, S. (orgs.). O Banco Mundial e as políticas educacionais. 3<sup>a</sup>. ed, São Paulo: Cortez, 2000. p. 125-193.

\_\_\_\_\_. Educação para Todos: a tarefa por fazer. Porto Alegre: Artmed, 2001

TOSCHI, M. S. Formação Inicial e Continuada de Professores e Educação a Distância. In: LISITA, V. M. S. S. & PEIXOTO, A. Formação de Professores: políticas, concepções e perspectivas. Goiânia: Alternativa, 2001. p. 81-99.

## DOCUMENTOS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação/LDB nº. 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL/MEC/SEED. Decreto nº. 2494 de 10 de fevereiro de 1998 – Diário Oficial da União 11/02/98, seção 1, p.1.

BRASIL/MEC. Portaria nº. 4059/2004.

BRASIL/MEC/SEED. Portaria nº. 2.253. Brasília, SEED/MEC, out./2001.

BRASIL/MEC. Decreto 5622/2005.

BRASIL/MEC. Decreto 4108/2001.

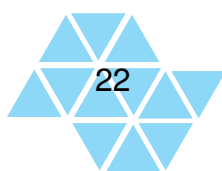
BRASIL/MEC. Portaria 301 de 07 de abril de 1998.

BRASIL/MEC. Portaria 2/2007. Diário Oficial da União, Edição nº. 8 de 11/01/2007.

PARECER CES/CNE Nº. 350/2004 - Credenciamento para cursos superiores a distância.

PORTARIA MEC 4416/2004 - Credenciamento para oferta de cursos superiores a distância.

EDITAL MEC/SEED 01/2004 - Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício no Ensino Fundamental e no Ensino Médio - Pro-Licenciatura I





## WEBGRAFIA

<http://portal.mec.gov.br/sesu/index.php?option=content&task=view&id=588&Itemid=298>. Cursos Superiores a Distância (Graduação, Seqüenciais e Pós-Graduação Lato Sensu) Acesso em: 18.jun.07.

## NOTAS

<sup>1</sup> Mestre em Educação. Professora no Departamento de Ciências da Educação na Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC/ Ilhéus – Ba. E-mail: jelarchert@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Doutora em Educação. Professora no Departamento de Ciências da Educação na Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC/ Ilhéus – Ba. E-mail: beta6@terra.com.br

<sup>3</sup> O Decreto, sem o art. 2º, postergava a regulamentação de cursos de Mestrado e Doutorado e o CNE, na resolução nº. 3/99, ao estabelecer as condições de validade de diplomas de especialização. Tratava apenas de cursos de especialização presenciais. Finalmente, a Resolução CES - CNE nº. 01, de 03 de abril de 2001, estabelece as normas para a validade dos diplomas também para cursos de Pós-Graduação, sejam de especialização, mestrado e doutorado, incluindo os cursos oferecidos a distância, conforme os Artigos 3º. e 11 (Lobo Neto, 2001).

<sup>4</sup> Com base no levantamento realizado no site do MEC sobre os cursos de graduação ou programas autorizados na modalidade a distância/EAD, nas 5 regiões do país, encontramos um total de 102 instituições autorizadas. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/index.php?option=content&task=view&id=588&Itemid=298>. Acesso em 18.jun.07.

<sup>5</sup> Um curso de formação continuada, com uma carga horária de 180 horas.

<sup>6</sup> UEG; UEMS; UESC; UFAM; UFR; UFMS; UFPA; UFT; UnB; UNIR.

